



159

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Leopoldo de Arruda Raposo

APELAÇÃO CRIME Nº 226323-2- ABREU e LIMA (1ª Vara).
APELANTE: **Genesis Balbino do Nascimento Filho**.
APELADO: Ministério Público Estadual.
RELATOR: Des. Leopoldo de Arruda Raposo
REVISOR: Des. Fausto de Castro Campos.
PROCURADORA DE JUSTIÇA: Érica Lopes Cezar de Almeida
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: Penal e Processual Penal. Homicídio qualificado. Julgamento pelo Júri. Condenação. Apelação. Alegação de penalidade exacerbada pelo Juízo **a quo**. Para que a embriaguez constitua causa de redução de pena haverá de ser completa e resultante de caso fortuito ou força maior, não se prestando a esse fim a voluntária ou culposa (CP, 28 § 2º). Magistrada, em decisão equivocada, considerou da mesma circunstância para qualificar o delito e elevar a pena-base. Dosimetria que merece reparo. Redução da pena-base, tornando-a definitiva em **quatorze (14) anos** de reclusão. Recurso parcialmente provido. Decisão unânime.

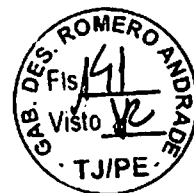
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Crime n.º 226323-2, da 1ª Vara da Comarca de Abreu e Lima, em que figuram, como Apelante **Genesis Balbino do Nascimento Filho** e, como apelado, o Ministério Público do Estado de Pernambuco, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal de Justiça de Pernambuco, na sessão desta data, à unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao apelo, tudo consoante parecer ministerial, relatório e votos digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife,

Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



APELAÇÃO CRIME Nº 226323-2- ABREU e LIMA (1ª Vara).

APELANTE: **Genesis Balbino do Nascimento Filho**.

APELADO: Ministério Público Estadual.

RELATOR: Des. Romero de Oliveira Andrade.

REVISOR: Des. Fausto de Castro Campos.

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Érica Lopes Cezar de Almeida

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

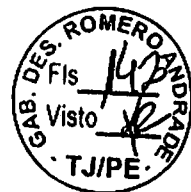
Inconformado com a decisão do Tribunal do Júri da Comarca de Abreu e Lima, que o condenou à pena de **quinze (15) anos de reclusão**, pela prática do delito previsto no art. 121, § 2º, inc. IV, do Código Penal, a ser cumprida em regime inicialmente fechado, apela, tempestivamente, **Genesis Balbino do Nascimento Filho**, vulgo "Júnior" ou "Júnior de Oião", qualificado às fls. **02 dos autos**.

A denúncia relata que, no dia 25 de março de 2007, por volta das 14:00 horas, na Rua 40, em frente ao imóvel de nº 6B, Caetés III, Naquele Município, o Apelante por motivo torpe e utilizando-se de recurso que impossibilitou a defesa da vítima, fazendo uso de arma de fogo, efetuou disparos contra a pessoa de **Weldson Avelino da Silva**, produzindo-lhe os ferimentos descritos na Perícia Tanatoscópica de fls. **36**.

Nas razões de recurso, a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, inconformada com a dosimetria da pena imputada ao réu, requer a reforma da sentença, com a redução do **quantum** arbitrado, sob o argumento de que ao fixá-la, o juízo a quo não observou, o estado de embriaguez do Apelante, bem assim ter o mesmo confessado a prática do ato delituoso perante a autoridade judicial (fls. 120/122).



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



Contra-arrazoando, o Órgão Ministerial pronuncia-se pelo provimento parcial, tão somente, para os fins da incidência da atenuante da confissão (art.65, III, "d" do Código Penal Brasileiro), mantendo-se, no mais, a sentença ora vergastada (fls. 223/225).

Subiram os autos, indo à douta Procuradoria de Justiça que, na pessoa da Érica Lopes Cezar de Almeida, ofereceu parecer, opinando pelo provimento parcial do apelo, também, pela aplicação da atenuante da confissão espontânea (fls.137/138).

Depreende-se dos autos que acusado encontra-se custodiado no Presídio de Igarassu (fls. 101 e 116)

É o Relatório. À Douta Revisão.

Recife, 11 de Abril de 2011.


Des. **Romero de Oliveira Andrade.**
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Leopoldo de Arruda Raposo

159

APELAÇÃO CRIME Nº 226323-2- ABREU e LIMA (1ª Vara).

APELANTE: **Genesis Balbino do Nascimento Filho.**

APELADO: Ministério Público Estadual.

RELATOR: Des. Leopoldo de Arruda Raposo

REVISOR: Des. Fausto de Castro Campos.

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Érica Lopes Cezar de Almeida

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

VOTO DO RELATOR

O acusado **Genesis Balbino do Nascimento Filho** foi denunciado, em no dia **27 de agosto de 2009**, como incurso nas penas do artigo 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal (fls. **02/04**) sendo, posteriormente, pronunciado (fls. **85/87**), nos termos da atrial acusatória.

Submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri de Abreu e Lima, em **11/06/2010**, ocasião em que restou condenado, pelo 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal, sofrendo uma pena de quinze (15) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado (fls. **111/113**).

Inconformada, a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco apelou, com base no artigo 593, III, letras "c" (erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança) do Código de Processo Penal. Ao exhibir suas razões, argumentou que a pena definitiva estabelecida foi excessivamente dosada, acrescentando que a Juíza de primeiro grau, ao fixar a pena-base, não considerou o estado de embriaguez do acusado, nem tão pouco reconheceu a atenuante da confissão espontânea em seu favor. Pede, assim, a redução da pena aplicada (fls. **120/122**).

Acerca da materialidade e da autoria delitivas deixo de tecer maiores considerações, tendo em vista que tais circunstâncias não foram contestadas pelo Apelante.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Leopoldo de Arruda Raposo

No respeitante ao pedido de diminuição da reprimenda, sob alegação de que o acusado agiu sob efeito de álcool, não assiste razão ao Recorrente.

Ora, é sabido que, a redução de pena prevista pelo art. 28, § 2º, do Código Penal Brasileiro, tem como pressuposto a embriaguez decorrente de caso fortuito ou força maior, não podendo ser aplicada apenas para os casos em que o agente não tenha plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Na realidade, **in casu**, resultou da vontade do próprio agente, que, no dia do fato delituoso, havia ingerido bebida alcoólica, conforme admitido no interrogatório judicial (fls. 78/79).

Se não foi forçado a beber, como se faz claro, não é possível falar-se em embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior e, por conseguinte, em redução da reprimenda.

De outra parte, ao dosar a reprimenda (fls. 111/113), a prolatora da sentença, considerou como maus antecedentes do réu o fato de ele responder a processo penal. Merecendo, neste ponto reforma a r. sentença, pois deve ser observada a Súmula 444 do STJ, segundo a qual os processos penais em curso ou inquéritos policiais em andamento, não podem ser considerados como maus antecedentes

Destarte, a pena base merece ser retificada, pois restou exasperada, em inobservância ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça, razão pela qual entendo em fixá-la em **14 (quatorze) anos e 06 (seis) meses de reclusão**.

Por fim, vemos que, na segunda fase da dosimetria, há a atenuante da confissão, razão porque, deve a pena ser reduzida em 06 (seis) meses, passando a **14 (quatorze) anos de reclusão, em regime inicialmente fechado**.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Leopoldo de Arruda Raposo

No caso em tela, sendo várias as circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu, a pena-base não deve ser a reprimenda mínima prevista em lei.

Assim, atendendo ao disposto nos artigos 59 e 68 do Código Penal, corrige-se nessa oportunidade o equívoco da sentença do primeiro grau, reduzindo a pena do Apelante para **quatorze (14) anos de reclusão**.

Ante o exposto, voto pelo provimento parcial ao apelo, para manter a condenação e reduzir a pena cominada ao réu para 14 (quatorze) anos de reclusão, em regime fechado.

Recife,

Des. Leopoldo de Arruda Raposo

Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desembargador Fausto Campos

162
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PB

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0001706-49.2009.8.17.0100 (0226323-2)

COMARCA : Abreu e Lima
VARA : 1ª Vara da Comarca de Abreu e Lima
APELANTE : Geneses Balbino do Nascimento Filho
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR : Des. Leopoldo de Arruda Raposo
REVISOR : Des. Fausto Campos
Órgão Julgador : 1ª Câmara Criminal

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de recurso de apelação interposto, tempestivamente, pelo Defensora Pública (fl. 119), com razões recursais (fls. 120/122), contra decisão da 1ª Vara da Comarca de Abreu e Lima, que o condenou a pena de 15 (quinze) anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, pelo cometimento do crime tipificado no art. 121, §2º, IV, do CP.

Irresignado, o apelante com base no art. 593, III, "c", do CPP (erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança), alega que: houve exacerbação da pena; a juíza não considerou o estado de embriaguez do acusado, nem a atenuante da confissão em seu favor e, por fim, pede a redução da pena imposta na sentença.

O Ministério Público, em suas contrarrazões (fls. 123/127), requer o provimento parcial do apelo para o fim de incidência da atenuante da confissão na aplicabilidade da pena.

A Procuradoria de Justiça (fls. 137/138), por parecer da lavra da Dra. Érica Lopes Cezar de Almeida, opina pelo provimento parcial do apelo para aplicar a atenuante da confissão na dosimetria da pena.

Primeiramente, deixo de analisar a materialidade e autoria do crime, haja vista que não foram objetos de impugnação do presente recurso. Assim, analiso a dosimetria da pena por ora contestada.

Alega o Apelante a diminuição da pena tendo em vista que cometeu o crime sob o efeito do álcool.

Quanto a esta redução de pena, observo que o art. 28, §2º, do CP, refere-se que a pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

No caso em apreço, não vislumbro esta diminuição, pelo fato de não estar provado nos autos o caso fortuito ou a força maior, pois quando interrogado em juízo, o acusado admitiu, às fls. 78/79, que ingeriu bebida

alcoólica por livre e espontânea vontade, portanto, incabível a diminuição da pena por contrariar este dispositivo do Código Penal.

Nas análises das circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, o juiz sentenciante ao considerar negativamente os antecedentes criminais, citou um processo criminal de homicídio praticado pelo Acusado, ainda em trâmite, nesta Comarca de Abreu e Lima.

É sabido e já sedimentando pelos Tribunais Superiores, que considerar negativo esta análise contraria a Súmula n.º 444 do Superior Tribunal de Justiça que veda a utilização de processos em curso para majorar a pena-base.

No entanto, desconsiderando essa circunstância e mantendo as demais, aplico à pena-base em 14 (quatorze) anos de reclusão. Cabível a atenuante do art. 65, III, "a", do CP, tendo em vista a confissão do Réu, à fl. 105. Assim, torno a pena definitiva em 13 (treze) anos e 06 (seis) meses de reclusão. Sem agravantes, aumento ou diminuição da pena. Mantenho o cumprimento inicial da pena em regime fechado, conforme imposta na sentença.

Por tudo exposto, voto pelo provimento parcial do apelo para diminuir a pena imposta na sentença, nos termos acima propostos, mantida, no mais, a sentença recorrida.

Recife, 21 de maio de 2014.

DES. FAUSTO CAMPOS
Revisor